

**FUNDOS PARA A COVID-19 ALTERAM CENÁRIO
ORÇAMENTAL DE 2020 NOS SECTORES DA
SAÚDE E ÁGUA E SANEAMENTO**

Maputo, Julho de 2021

RESUMO

A execução orçamental no ano de 2020 foi marcada pela retracção da actividade económica, com um crescimento negativo de 1,28%, uma inflação média anual de cerca de 3,14%, queda do volume de exportações em 18% em relação as previsões iniciais, um saldo de reservas internacionais líquidas acima do previsto em 0,6 meses de cobertura de importação e a intensificação dos efeitos da COVID-19 facto que levou, em Novembro passado, à revisão do Orçamento do Estado inicial.

Apesar dos constrangimentos e desafios verificados em 2020, o nível de execução global do Orçamento do Estado esteve acima dos 90% nas principais variáveis orçamentais. As Receitas do Estado registaram 109% de realização (dos 214,1 mil milhões previstos para 235,2 mil milhões de meticais) e a Despesa do Estado 94,7% de execução (dos 374,1 mil milhões de meticais previstos para 354,1 mil milhões de meticais). O défice/ financiamento situou-se nos 76,70%. Este desempenho deveu-se, em grande medida, à revisão em baixa dos indicadores de finanças públicas para acomodar os efeitos da COVID-19 do que propriamente ao desempenho da economia em si.

Constatou-se que a Conta Geral do Estado de 2020 não apresenta a tabela de Despesas nos Sectores Económicos e Sociais o que não permite avaliar sinteticamente o desempenho dos mesmos.

No que concerne ao desempenho dos indicadores do objecto estratégico referente às finanças públicas, destacados no PQG e PES, constata-se que 50% destes encontram-se aquém da meta estabelecida para 2020, o que pode comprometer o alcance do objectivo para este quinquénio. É o caso do saldo orçamental, do crescimento do PIB, do *stock* da dívida em percentagem do PIB e a percentagem de recursos destinada a investimento.

Em termos de execução orçamental, os sectores de Saúde e de Água e Saneamento, em 2020, apresentaram um desempenho positivo, de 92,% em média. No entanto, continuam a apresentar desafios na componente investimento e em termos de alocação entre os níveis central e provincial. Os documentos de planificação (o Plano Económico e Social-PES) e orçamento não permitem uma monitoria adequada das realizações das metas estabelecidas no PQG devido à falta de ligação entre estes documentos. Por exemplo, para o sector da saúde, o PQG e PES não apresentam uma meta para o objectivo de aumento das consultas externas mas, o BdPES já apresenta uma realização de 73% e desvio de incumprimento de 23,5% em relação a meta base de 2019. Outro exemplo pode

ser encontrado no sector de água e saneamento onde as metas definidas no PES não são comparáveis às metas definidas no BdPES.

Em relação a execução orçamental de 2020, com enfoque nos impactos da COVID-19 nos sectores da saúde e água e saneamento, a análise constatou que os níveis de detalhes sobre as realizações dos fundos disponibilizados para atender a questão da COVID-19 nestes sectores é limitado para uma monitoria adequada. No entanto, em termos orçamentais verifica-se um aumento significativo nestes sectores em 2020, comparativamente aos anos anteriores. O orçamento do sector da saúde aumentou de 2019 para 2020 em 25%, uma cifra que representa 19 pontos percentuais (p.p) acima do aumento médio verificado no período entre 2016 e 2020. No sector de água e saneamento, apesar do aumento verificado ao longo do exercício económico de 2020, verificou-se uma redução de 2019 a 2020 de cerca de 39%, uma cifra que representa 33pp abaixo da média de 6% verificada entre 2016 e 2020. O Aumento do orçamento inicial de 2020 do sector de água e saneamento deve-se aos fundos disponibilizados para estes sectores para a luta contra a pandemia da COVID-19.

Foi ainda constatada falta de informação nos documentos de planificação, principalmente para os sectores da saúde e água e saneamento, sobre a parte do orçamento e realização de actividades que atende às questões do género.

Sendo assim, recomenda-se ao Ministério de Economia e Finanças, em particular, e ao Governo, no Geral, a melhoria nas projecções, a inclusão de informações relacionadas com empréstimos, a disponibilização de maior orçamento para investimentos. A nível provincial recomenda-se que se apresentem detalhes orçamentais sobre as questões do género, a adequação das metas definidas no PQG de modo a que sejam as mesmas no PES e BdPES, maior ligação entre os documentos orçamentais e ainda a tomar em consideração outras das constatações apresentadas nesta análise com maior ênfase para a transparência e a disponibilização de informação detalhada e de utilidade pública que possa permitir uma adequada monitoria da actuação do Governo.

1 INTRODUÇÃO

A Conta Geral do Estado referente a 2020 (CGE-2020), elaborada nos termos da Lei nº 14/2020 de 23 de Setembro, é o documento do Governo que tem por objectivo evidenciar a execução orçamental e financeira, bem como apresentar o resultado do exercício económico e a avaliação do desempenho dos Órgãos e Instituições do Estado.

Sendo um dos principais documentos orçamentais, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO), grupo de organizações da Sociedade Civil (OSC), do qual o CIP faz parte, interessado na monitoria e influência das finanças públicas nacionais, pretende implementar, a nível nacional, o conjunto de actividades de advocacia e monitoria do Orçamento do Estado que já vem desenvolvendo.

Neste contexto, o Centro de Integridade Pública (CIP), no âmbito do projecto FMO MAIS *Elevando o valor do dinheiro ao serviço do cidadão – Monitoria da Gestão de Finanças Públicas*, faz a Análise da Conta Geral do Estado de 2020, com ênfase nos sectores da Saúde, Água e Saneamento.

1.1 Metodologia

A presente análise faz uso de dois principais métodos com vista a debruçar-se sobre a Conta Geral do Estado. São eles, o método qualitativo e o quantitativo.

Método Qualitativo

Revisão Bibliográfica – a análise foca-se na revisão bibliográfica tomando como base para além da CGE-2020 outros documentos relevantes tais como: Orçamento do Estado (OE) 2020, REO-2020, PQG 2020-2024 entre outros que permitam a análise comparativa com os anos de 2016 a 2020. Foram usados igualmente outros documentos de suporte, dentre eles, os Balanços do PES (nacional e provincial), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (nacional e provincial) bem como documentos regionais e internacionais que possam ajudar a trazer mais detalhes para fortificar a análise.

Método Quantitativo

Análise e Interpretação de Dados – por forma a apresentar evidências numéricas, este método irá consistir na análise e interpretação dos dados com recursos a análise estatística descritiva a partir do pacote estatístico *Excel* para a construção de gráficos, tabelas estatísticas e outros tipos de ilustração para diferentes indicadores que serão usados na análise. A análise da execução orçamental será feita tanto na perspectiva nominal assim como na perspectiva real, ajustada à inflação.

No que concerne à análise sectorial, prioridade será dada à análise comparativa entre o executado em 2020 com as metas estabelecidas para os respectivos sectores, desde 2016. Assim, será avaliado o peso do orçamento direccionado a diferentes programas e prioridades dos sectores e as diferenças em termos de execução planeada e execução realizada para o respectivo ano.

A análise da coerência dos gastos orçamentais será feita tendo em conta as necessidades do sector em função das actividades planificadas. Adicionalmente, será feita uma análise com vista a mostrar como os efeitos da COVID-19 impactaram a execução orçamental em 2020, bem como identificar as formas pelas quais as questões de equidade de género são acomodadas nos sectores em destaque.

2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - 2020

A execução orçamental no ano de 2020 foi marcada pelos seguintes eventos macroeconómicos:

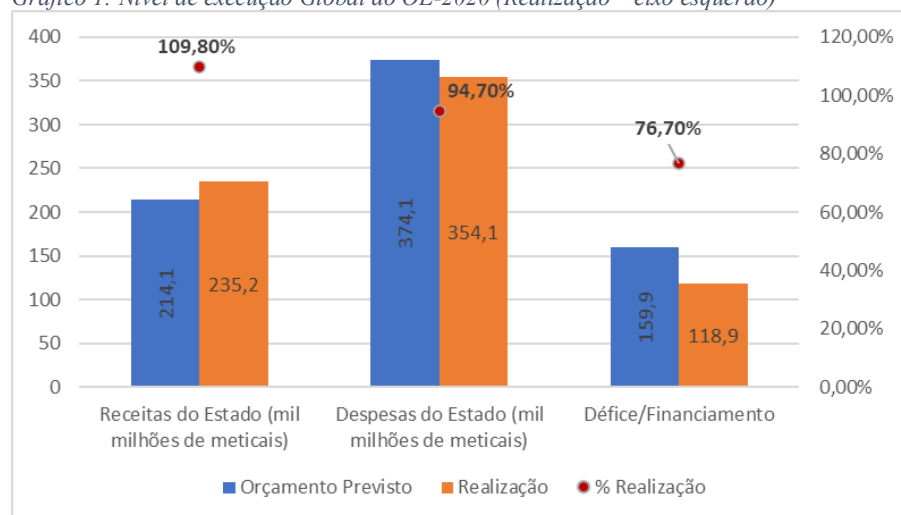
- i) ***Retracção da actividade económica*** – Para 2020 esperava-se uma recuperação da actividade económica, com uma previsão de um crescimento económico de 3,6% ,de acordo com o Cenário Fiscal do Médio Prazo (CFMP 2020-2022) e de 2,2% de acordo com o Plano Económico e Social-2020, o correspondente a cerca de 1.094 mil milhões de Meticais, reflectindo o plano de reconstrução da zona centro da país. No entanto, em termos reais a produção global da economia do país decresceu, atingindo um crescimento negativo de 1,28%.
- ii) ***Baixa inflação média anual*** – A inflação média anual situou-se em 3,14%, o correspondente a 3,5 pontos percentuais (pp) abaixo do previsto no PES.

- iii) ***Queda do volume de exportações*** – as exportações situaram-se em 3,6 mil milhões de dólares, contrariando as previsões de 4,4 milhões de dólares. A queda foi influenciada, principalmente, pela queda do volume de exportações no sector extractivo, particularmente o carvão. A previsão para 2020 representava uma redução ligeira das exportações em relação ao ano anterior de 0,3 mil milhões de dólares. Porém, esta variável revelou-se ainda mais fragilizada influenciado negativamente a capacidade de colecta de receitas do Estado.
- iv) ***Reservas Internacionais Líquidas (RILs) acima do previsto – conforme apresentado da CGE-2020***, as RILs registaram um saldo, no final de 2020, de 3,6 mil milhões de dólares, o suficiente para assegurar a cobertura de 6,4 meses de importação de bens e serviços não factoriais, excluindo as importações de bens e serviços dos grandes projectos, após a previsão de 5,8 meses de importação. Apesar da melhoria dos RILs em relação aos meses de cobertura de importação, é preciso mencionar que esta melhoria resulta da queda do volume das importações (causada, em grande parte, pelas restrições impostas pela pandemia da COVID-19) que registaram um nível de execução de 79,5%, dos 7,2 mil milhões de dólares planificados para 5,9 mil milhões de dólares realizados.
- v) ***Intensificação dos efeitos da COVID-19*** - o OE para 2020 foi aprovado num momento em que não estava suficientemente avaliada a dimensão, os efeitos e períodos da COVID-19 no país. Esse facto fez com que em Novembro de 2020 fosse revisto o orçamento através da Lei n.º 11/2020, de 24 de Novembro, nos seguintes moldes: (i) Revisão para baixo da meta de arrecadação de Receitas do Estado, em cerca de 9%, decorrente da alteração dos pressupostos macroeconómicos e das medidas fiscais e aduaneiras aprovadas para mitigar o impacto da COVID – 19; (ii) Ajuste em alta do financiamento externo, em cerca de 700 milhões de dólares, resultante da entrada dos compromissos assumidos pelos Parceiros de Cooperação para apoio à prevenção e ao combate à COVID-19; (iii) Ajuste em alta dos subsídios às Empresas e as Transferências Correntes para as famílias (1,2%), igualmente para mitigar o impacto

da COVID-19; e (iv) Reforço aos sectores da educação, saúde, água, energia, agricultura, transportes, protecção social e forças de defesa e segurança.

Apesar dos constrangimentos e desafios acima mencionados, o nível de execução geral do OE-2020 esteve acima dos 90% nas principais variáveis orçamentais (Receitas e Despesas Públicas), conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 1: Nível de execução Global do OE-2020 (Realização – eixo esquerdo)



Fonte: Conta Geral do estado - 2020

Contudo, com base nos dados apresentados anteriormente, pode-se concluir que a realização da receita do Estado acima de 100%, foi influenciada pela revisão em baixa da meta de arrecadação fiscal pelo Governo.

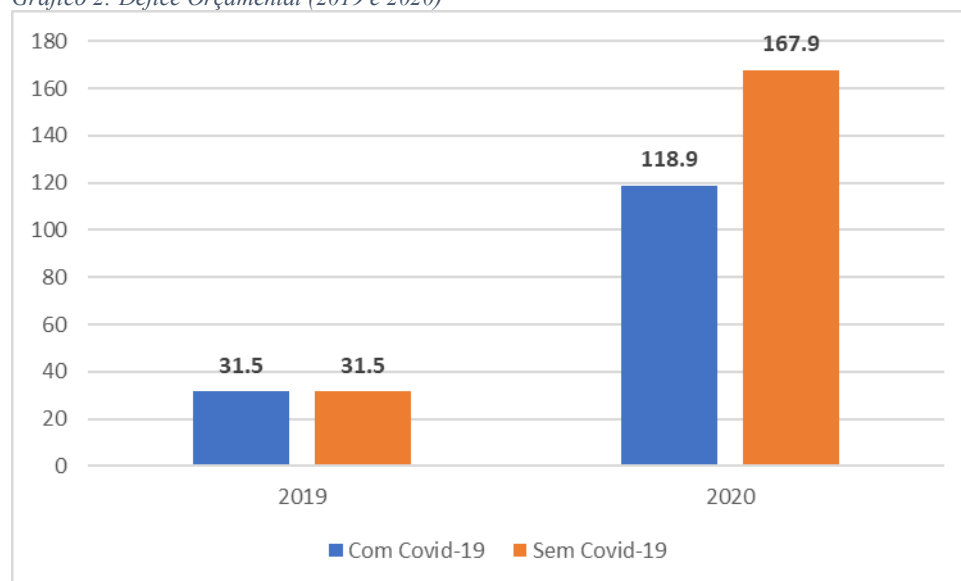
Conforme mostra o gráfico 1, o nível global de execução do OE em 2020 foi positivo, culminado com o défice/financiamento com a realização de 76,7%.

Ademais, o nível do défice mostra que houve incumprimento do Indicador 16.6.1, dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que compara os montantes globais da receita arrecadada e da despesa realizada com os valores aprovados na lei orçamental, pelo Parlamento, medindo até que ponto as despesas globais realizadas reflectem o montante definido no orçamento aprovado pela Assembleia da República. Isto mostra que a planificação continua distante da realidade.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), que foi de 974 mil milhões de Meticais¹, o défice verificado em 2020 representa 12,2%, contra os 16,7% registados no ano transacto (2019), uma queda em 4,4 pp.

Importa realçar que apesar de se ter registado um menor nível de défice orçamental, o mesmo não resultou de esforço financeiro interno, mas sim foi resultado da entrada de financiamento externo com vista a fazer face ao impacto negativo da COVID-19 no país. Portanto, se analisado o défice líquido dos 661,5 milhões de dólares, referentes ao valor desembolsado para financiar o OE-2020 no âmbito da COVID-19 (até Dezembro de 2020), o défice apresenta um comportamento contrário. O valor do défice seria de cerca de 167,9² mil milhões de meticais, representando um crescimento relativamente a 2019, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 2: Déficit Orçamental (2019 e 2020)



Fonte: CGE 2019 e 2020

Um aspecto que merece destaque é que a CGE-2020, à semelhança dos anos anteriores, trata o défice orçamental como défice primário, ignorando completamente as práticas internacionais. Sendo assim, por forma a permitir a comparação com documentos internacionais, recomenda-se o uso do conceito de défice primário internacionalmente aceite – que define o saldo primário como sendo o resultando das contas públicas, excluindo os juros.

¹ INE, 2021. PIB a preços correntes.

² Valor convertido a taxa de câmbio de 74,16MT= USD 1

Realçar que o CIP vem abordando esta questão há alguns anos, conforme apresentado na análise do REO de 2016.³

Cumprimento das metas do Plano Quinquenal do Governo

No âmbito da gestão de finanças públicas, o PQG 2020-2024 definiu como visão estratégica: i) assegurar uma gestão prudente e transparente das finanças públicas, através da consolidação fiscal assente na racionalização da despesa pública; ii) viabilização e rentabilização do sector empresarial do Estado, na contração, amortização e reestruturação das dívidas públicas, na melhoria e transparência das Contratações Públicas; e iii) numa melhor gestão do património do Estado.

O desempenho dos indicadores definidos no PQG 2020 e no PES 2020 mostram que, de uma forma geral, cerca de 50% destes se encontram aquém da meta estabelecida para 2020. Conforme se pode observar na tabela abaixo: *i)* o saldo orçamental antes dos Donativos em percentagem do PIB situou-se 4pp acima do previsto (no PES-2020) para o ano em questão o que coloca este indicador cada vez mais distante da meta estabelecida para o presente quinquénio (0%); *ii)* a taxa de crescimento económico foi 3,48 pp abaixo do previsto, elevando assim o desafio para o alcance dos 5,5% em 2024; *iii)* após ter-se situado em 62,6% em 2019, o valor actual da dívida pública subiu ligeiramente para 62,7%, o corresponde a um incremento em 0,1pp e muito acima dos 40% definidos como limite para 2024; *iv)* relativamente à alocação de recursos para investimento público, o indicador situou-se 18,3pp abaixo do estabelecido para 2020 e 4,4pp abaixo da meta da 2024.

Os restantes indicadores, como Receita do Estado (% PIB), Inflação média anual, Meses de cobertura de importação e Volume de receitas de capital incrementados, registaram um desempenho positivo em relação à meta estabelecida para 2020 e mantêm a trajectória para o alcance da meta no final do quinquénio 2020-2024.

³ https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2018/08/REO_2016_PUBLICACAO_FINAL.pdf_Maio_2017.pdf

Quadro 1: Desempenho de alguns Indicadores Macroeconómicos em 2020 em relação a meta de 2024

Objectivo Estratégico	Indicadores	Base Estabelecida -2019	Meta – 2020	Realizado 2020	Meta para 2024	Desvios do realizado em 2020 em relação a meta - 2024
Promover ambiente macroeconómico equilibrado e gestão de finanças públicas	Receita do Estado (% PIB)	23%	23,10%	23,60%	24%	0
	Saldo orçamental (% PIB)	-3,80%	1,40%	12,20%	0	12pp
	Taxa média de crescimento do PIB	2,20%	2,20%	-1,28%	5,50%	6,28pp
	Inflação média anual	2,80%	6,60%	3,14	5%	1,86pp
	Meses de cobertura de importação	7	5,8	6,4	6	-0,4
	Valor presente do stock da dívida pública (%PIB)	69,80%	-	62,70%	<40%	22,70%
	Incrementada a % de alocação de recursos para investimento público	10%	27,60%	9,30%	13,70%	-4,4pp
	Incrementada a % de alocação de recursos para área prioritárias económicas sociais	63,10%	-	-	65,20%	-

Fonte: PQG 2020-2024, PES 2020, Relatório Anual da Dívida Pública – 2020

A CGE-2020, à semelhança do Relatório de Execução Orçamental (REO) de 2020, não apresenta informação global do nível de execução orçamental dos sectores económicos e sociais. Sendo assim, e pela importância da referida informação, recomenda-se a inclusão das cifras que representam os níveis de orçamento planeado e orçamento realizado económicos e sociais.

Mas, da análise individual dos sectores sociais constata-se que pelo menos dois destes apresentaram um nível de execução orçamental acima dos 90%. Trata-se dos sectores da educação, cuja dotação era de 65,4 mil milhões de Meticais e a realização situou-se em 63,1 mil milhões de Meticais, o correspondente a 99,6% de execução. Por outro lado, o sector da saúde, pese embora tenha sido um dos que mais se ressentiu dos efeitos da COVID-19, teve um grau de execução de 92,5%, representando 32,2 mil milhões de Meticais de execução.

Considerações sobre as metas do Plano Quinquenal do Governo:

- *Em termos globais, o grau de execução esteve acima dos 90%, tendo a Receita do Estado registado 109% e a Despesa do Estado 94,7%. À excepção do défice orçamental que se situou nos 76,70%.*
- *A CGE-2020 não apresenta informação global sobre o nível de execução dos sectores económicos sociais, o que não permite avaliar até que ponto as metas do PQG relativamente a estes sectores foram alcançadas;*
- *50% dos indicadores do objecto estratégico referente às finanças públicas encontram-se aquém da meta estabelecida para 2020, o que compromete o alcance do objectivo para este quinquénio;*

2.1 Execução da Receitas do Estado em 2020

A CGE-2020 mostra que para o referido ano a Receita do Estado alcançou o nível de arrecadação de 235,2 mil milhões de Meticais, o que representa uma realização de 109,8% do previsto, 214,1 mil milhões de Meticais. Porém, esteve abaixo do registado no ano anterior em 2,4pp.

Conforme se pode observar na tabela abaixo, 97,6% das receitas colectadas são referentes às receitas correntes cujo desempenho, em termos de execução, foi de 112,5% (acima do previsto) e apenas 2,4% provêm das receitas de capital com o nível de execução de 55,6% (ligeiramente acima da metade da meta prevista).

Quadro 2: Realização da Receita em 2020

Tabela 8 - Receitas do Estado
(Em Milhões de Meticais)

Classificação Económica	Ano de 2019				Ano de 2020				Variação		
	Lei nº 15/2018	Cobrança	Realiz	% PIB	Lei nº 03/2020	Lei nº 11/2020	Cobrança	Peso	Realiz	% PIB	% 2019/2020
RECEITAS CORRENTES	236,253.9	274,937.1	116.4	28.7	225,146.8	204,111.8	229,636.6	97.6	112.5	23.6	-16.5
Tributárias	228,499.0	258,903.0	113.3	27.1	216,917.6	195,659.3	212,869.5	90.5	108.8	21.8	-17.8
Impostos Nacionais	210,412.7	246,798.7	117.3	25.8	199,271.0	178,537.1	202,996.5	86.3	113.7	20.8	-17.7
Impostos s/ o Rendimento	101,581.2	144,233.8	142.0	15.1	96,801.4	84,907.6	99,352.7	42.2	117.0	10.2	-31.1
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Colectivas	64,625.0	106,542.1	164.9	11.1	67,410.5	48,661.5	58,214.0	45.3	119.6	6.0	-45.4
Mais-Valias		54,141.9									
Impostos s/ o Rendimento de Pessoas Singulares	36,554.9	37,320.5	102.1	3.9	29,005.0	35,824.0	40,922.5	15.9	114.2	4.2	9.7
Imposto Especial sobre o Jogo	401.2	371.2	92.5	0.0	385.9	422.1	216.2	0.2	51.2	0.0	-41.8
Impostos s/ Bens e Serviços	96,627.1	88,385.0	91.5	9.2	88,023.2	80,673.2	87,298.9	37.6	108.2	9.0	-1.2
Imposto s/ o Valor Acrescentado 1/	66,555.0	64,117.4	96.3	6.7	54,101.1	56,786.2	62,565.4	27.3	110.2	6.4	-2.4
IVA - Nas Operações Internas	25,549.3	38,154.6	149.3	4.0	23,951.9	23,951.9	33,827.9	16.2	141.2	3.5	-11.3
IVA - Nas Importações	41,005.7	37,532.6	91.5	3.9	30,149.2	32,834.3	38,592.3	16.0	117.5	4.0	2.8
IVA - Reembolsado		-11,569.9					-9,854.9				-14.8
Imp. s/ Comércio Externo	16,618.9	15,377.6	92.5	1.6	19,314.5	13,374.0	15,130.2	6.5	113.1	1.6	-1.6
Imp. s/ Consumo Esp. Produção Nacional	6,414.5	4,402.6	68.6	0.5	7,280.3	4,936.6	5,154.2	1.9	104.4	0.5	17.1
Imp. s /Consumo Esp. Produtos Importados	7,038.7	4,487.4	63.8	0.5	7,327.3	5,576.4	4,449.1	1.9	79.8	0.5	-0.9
Outros Impostos Nacionais 2/	12,204.4	14,180.0	116.2	1.5	14,446.4	12,956.3	16,345.0	6.0	126.2	1.7	15.3
Imposto Especifico S/ Actividade Mineira	2,855.1	2,203.3	77.2	0.2	3,615.8	3,409.9	1,511.8	0.9	44.3	0.2	-31.4
Imposto Especifico S/ Actividade Petrolifera	400.5	608.1	151.8	0.1	400.5	399.7	338.3	0.3	84.6	0.0	-44.4
Taxas Sobre os Combustiveis	6,283.2	7,506.8	119.5	0.8	6,794.0	6,427.0	6,518.7	3.2	101.4	0.7	-13.2
Outros Impostos Nacionais	2,665.7	3,861.8	144.9	0.4	3,636.1	2,719.7	7,976.3	1.6	293.3	0.8	106.5
Taxas	18,086.3	12,104.3	66.9	1.3	17,646.6	17,122.2	9,873.0	5.1	57.7	1.0	-18.4
Taxas Nacionais	18,086.3	12,104.3	66.9	1.3	17,646.6	17,122.2	9,873.0	5.1	57.7	1.0	-18.4
Outras Receitas Correntes	7,754.9	16,034.1	206.8	1.7	8,229.2	8,452.5	16,767.2	6.8	198.4	1.7	4.6
Contribuições Sociais	532.5	515.5	96.8	0.1	973.7	889.3	643.0	0.2	72.3	0.1	24.7
Patrimoniais	523.8	3,284.6	627.1	0.3	210.2	214.9	5,273.9	1.4	2,453.7	0.5	60.6
Exploração de Bens de Domínio Público	1,612.2	5,993.8	371.8	0.6	1,549.8	1,737.0	5,146.8	2.5	296.3	0.5	-14.1
Venda de Bens e Serviços	4,526.7	5,737.9	126.8	0.6	5,064.5	5,162.2	5,220.2	2.4	101.1	0.5	-9.0
Outras	559.7	502.3	89.7	0.1	430.9	449.1	483.2	0.2	107.6	0.0	-3.8
RECEITAS DE CAPITAL	7,973.0	1,851.0	23.2	0.2	10,443.5	10,029.9	5,576.6	0.8	55.6	0.6	201.3
Alienação do Património do Estado	7,963.7	95.6	1.2	0.0	9,945.0	9,956.4	113.2	0.0	1.1	0.0	18.4
Amortização de Empréstimos Concedidos	8.5	0.0	0.0	0.0	498.5	73.5	0.0	0.0	0.0	0.0	
Outras Receitas de Capital	0.8	1,755.4	0.2	0.0	0.0	0.0	5,463.4	0.7	0.6	0.6	211.2
RECEITAS TOTAIS	244,226.9	276,788.2	95.6	28.9	235,590.3	214,141.7	235,213.3	100.0	109.8	24.1	-15.0

Fonte: CGE-2020

Em termos de receitas tributárias, o grau de execução foi igualmente superior ao previsto em 8,8p. No entanto, é preciso tomar em consideração que o grau de execução em 2020 não reflecte o desempenho do sector económico, pois as cifras foram revistas em baixa para acomodar os desafios impostos pela COVID-19. Por exemplo, em relação ao Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), uma das categorias que mais contribui para as receitas tributárias, a execução foi de 119,6%, num contexto em que o mesmo foi revisto de 67,4 mil milhões de Meticais, em Março, para 48,6 mil milhões de Meticais, o correspondente a uma diminuição de 28% do valor inicialmente definido. **Este facto revela fraqueza na elaboração da projecções.**

O maior grau de execução registou-se nas Receitas Patrimoniais, receitas que compreendem as Participações do Estado – Dividendos, Rendas de Imóveis. Estas atingiram o grau de 2.453,7% e um crescimento de 60,6% em relação a 2019.

As Receitas de Capital, apesar de terem registado um aumento de cerca de 200% em relação a 2019, compreendem a categoria com o nível de execução mais baixo, de apenas 55,6% no período em análise. Porém, a CGE-2020, à semelhança da CGE-2019, não apresenta o montante realizado da rubrica de Amortização de Empréstimos Concedidos, cuja previsão era de 73,5 mil milhões de meticais, o que dificulta a análise.

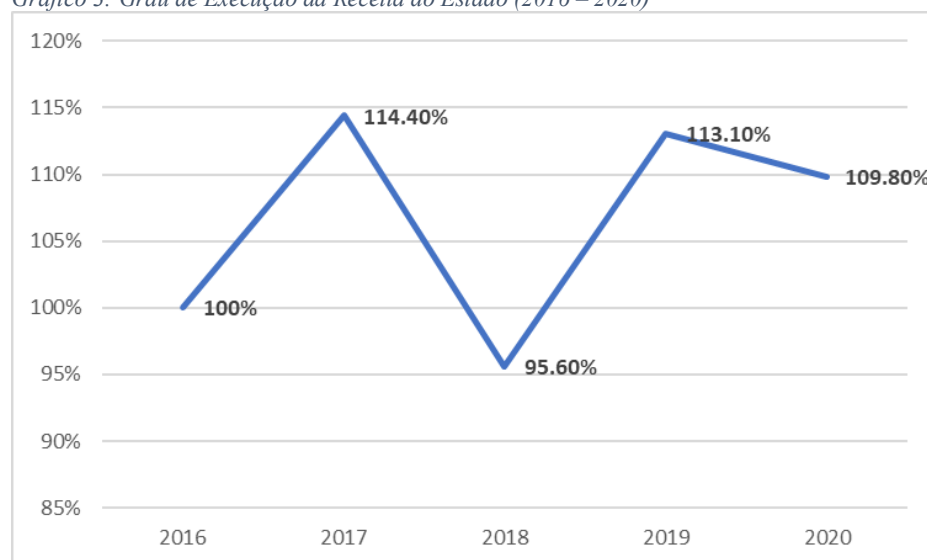
Sendo assim, a bem da transparência, recomenda-se a inclusão dos valores referentes ao grau de execução da Amortização dos Empréstimos Concedidos.

Note-se que a revisão do OE-2020 foi elaborada dois meses antes do final do ano, isto é, em Novembro de 2020. Portanto, esperava-se que o nível de desvio entre receitas realizadas e planificadas fosse o menor possível.

Comparativamente aos 4 anos anteriores, a realização da Receitas do Estado registou uma queda em 3,3pp relativamente a 2019 mas esteve acima do grau de execução em 3,8pp, se comparado com a execução média nos referidos anos anteriores.

O gráfico abaixo mostra que, no computo geral, nos anos em análise a arrecadação de receita do Estado esteve acima do projectado.

Gráfico 3: Grau de Execução da Receita do Estado (2016 – 2020)



Fonte: CGE 2016 - 2020

Considerações sobre a realização da receita:

- *O nível de arrecadação de receitas superou o planificado em 2020 em 9,8pp;*
- *A execução em 2020 não reflecte o desempenho do sector económico, pois as cifras foram revistas em baixa para acomodar os desafios impostos pela COVID-19; e*
- *Falta de transparência em relação aos dados de Amortização de Empréstimos Concedidos, cuja previsão era de 73,5 mil milhões de meticais.*

2.2 Execução da Despesas do Estado em 2020

O Governo, através do PQG 2020-2024, definiu, como uma das acções para materialização do plano estratégico nas finanças públicas, a consolidação fiscal assente na racionalização da despesa pública.

Em 2020, a realização da despesa atingiu o montante de 354,1 mil milhões de meticais, correspondente a 94,7% do previsto e a um crescimento de 7,7%, em relação a 2019.

As Despesas de Funcionamento apresentaram um grau de execução de 981%, ao se situarem em 226,7 mil milhões de Meticais, o correspondente a um aumento de 11% face a 2019, enquanto as Despesas de Investimento apresentaram o grau de execução de 86,9%, situando-se em 78,7 mil milhões de Meticais, o correspondente a uma redução de 1,7%, relativamente ao ano anterior.

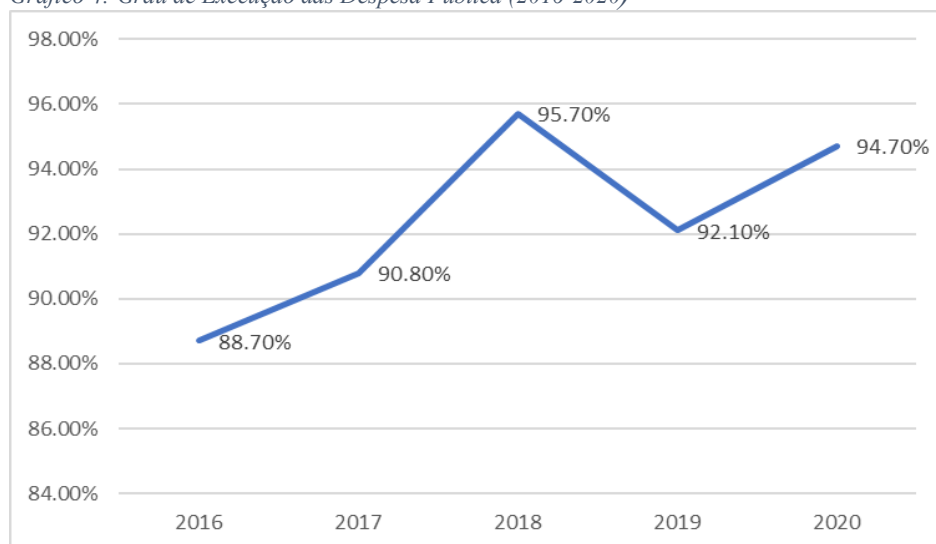
Portanto, pode-se concluir que a racionalização das despesas tem efeito do lado das Despesas de Investimento, o que indica baixa apetência do Governo em realizar cortes nas despesas não produtivas (despesas de funcionamento).

No entanto, merece destaque positivo o facto das Despesas de Investimento financiadas com recursos internos terem representado o maior peso no total das Despesas de Investimento (56,1%) e um grau de execução 98,3%, enquanto as financiadas com recursos externos apresentaram um grau de execução de 75,7%.

Contrariamente, ao sucedido em 2019, a CGE-2020 mostra que o maior grau de execução das despesas verificou-se nos níveis central (91,4%) e distrital (100%), e o menor a nível provincial com 63,2%. No entanto, o documento não apresenta uma justificação para tal.

O nível de execução da Despesa Pública nos anos de 2016 a 2020 registou uma tendência crescente tendo atingido o pico em 2018. Em 2020, apesar da execução ter-se situado em 94,7% do previsto, esteve abaixo do esperado, considerando as necessidades impostas pela COVID-19, principalmente nas áreas da saúde e educação.

Gráfico 4: Grau de Execução das Despesa Pública (2016-2020)



Fonte: CGE, 2016 - 2020

Considerações sobre a execução da despesa:

- *A racionalização das despesas teve efeito apenas do lado das Despesas de Investimento, o que indica baixa apetência do Governo em realizar cortes nas despesas não produtivas;*
- *Negligência na execução das Despesas a nível provincial, com um grau de execução de 63,2%;*
- *Apesar do desvio de 5,3pp, a execução da despesa pública poderia ter sido mais alta, considerando a situação imposta pela COVID-19; e*
- *A CGE-2020 não apresenta informação sobre execução da Despesa referente aos sectores económicos e sociais.*

2.3 Financiamento ao OE no Âmbito da COVID-19

No que concerne ao financiamento ao OE-2020, o Governo solicitou um montante de 700 milhões de dólares para fazer face aos efeitos negativos na economia, decorrentes da pandemia COVID-19. Neste contexto, houve compromissos no valor de USD 808,4 milhões, dos quais resultaram desembolsos no valor USD 661,5 milhões, USD 622,1 em numerário e USD 39,5 milhões em espécie, até Dezembro de 2020.

Em relação a execução das referidas despesas, atingiu-se o montante de 26,3 mil milhões de meticais (USD 351,9 milhões). A CGE-2020 refere que 46,8% (20,4 mil milhões de Meticais) deste valor foi aplicado no âmbito da cobertura da queda da receita fiscal; 30,8% no financiamento de Despesas de Investimento nos sectores da Saúde, Educação e Desenvolvimento Humano, Energia, Obras Publicas e Recursos Hídricos; 3,8% em Despesas de Funcionamento nos sectores da Saúde e de Apoio Social (INAS).

Do montante de 20,4 mil milhões de meticais disponibilizados por via da Conta Única do Tesouro (CUT), a respectiva despesa está devidamente incorporada no Módulo de Execução Orçamental. No entanto, importa mencionar que a queda de receitas decorrentes do impacto da COVID-19 não se reflecte no nível de realização das Receitas do Estado. As Receitas do Estado alcançaram um grau de execução de 108,9%, o que leva a concluir que não houve queda de receitas.

Foram ainda executados Despesas do Investimento Externo no montante de 1,2 mil milhões de meticais, no sector da Saúde, e 3,8 mil milhões meticais, referentes a Donativos em Espécie, para os sectores da Saúde e de Apoio Social (INAS).

Considerações sobre Financiamento ao OE no Âmbito da COVID-19:

- *Houve desembolso de 80% do valor do compromisso de financiamento ao OE no âmbito da COVID-19; e*
- *Do valor executado, 46,8% (20,4 mil milhões de meticais) deste valor foi aplicado no âmbito da cobertura da queda da receita fiscal, mas a mesma queda não foi verificada visto que o nível de execução das receitas foi acima do previsto.*

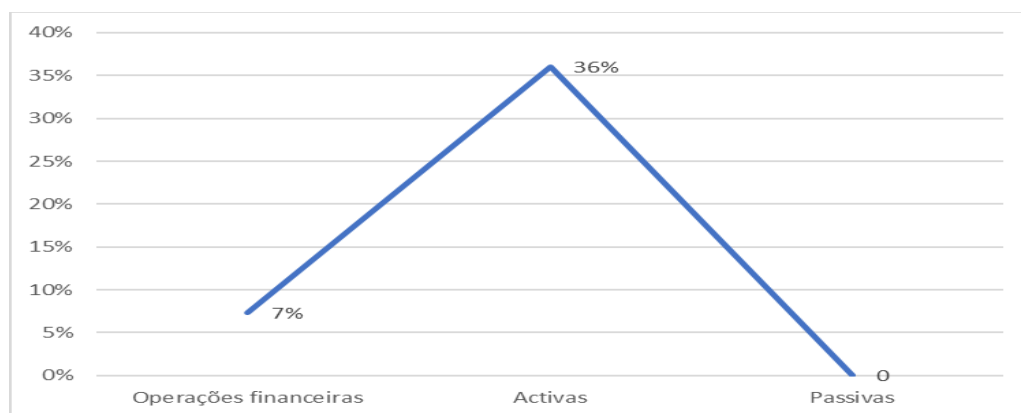
2.4 Execução das Operações Financeiras

As Operações financeiras estiveram a 92,7% da meta prevista para 2020, situando-se em 48,7 mil milhões de meticais, o correspondente a uma de 1,1% relativamente a 2019.

O grau de execução das Operações Financeiras acima de 90% reflecte o desempenho das operações passivas que atingiram a meta prevista de 41,9 mil milhões de meticais, por influência sobretudo da amortização da dívida interna que registou o crescimento de 31,9%.

No que concerne as operações financeiras activas, a execução apresenta um desvio significativo tendo alcançado apenas 64% do previsto e registado decréscimo de 55% em relação ao ano anterior.

Gráfico 5: Magnitude do Desvio das Operações Financeiras em relação a Lei



Fonte: CGE 2020

2.5 Dívida Pública

O stock da dívida pública em 2020 registou um aumento de 25,8% relativamente a 2019. A tabela abaixo mostra que o stock da dívida cresceu nas duas categorias, interna e externa, tanto em termos nominais como em percentagem do PIB.

Esta evolução reflecte o crescimento acelerado da dívida interna em cerca de 26,8% o que reflecte a estratégia do Governo em levar a cabo a consolidação fiscal por via deste instrumento, através da emissão de Bilhetes e Obrigações de Tesouro, com impacto na redução destes recursos para o sector privado.

A dívida externa (incluindo o título MOZAM32) registou um aumento de cerca de 25,6% comparado com 2019.

Tabela 24 - Dívida Pública
(Em Milhões de Metical)

	Ano 2019		Ano 2020		Variação(%) 2019/20
	Stock	% do PIB	Stock	% do PIB	
Dívida Externa	599,482.2	62.66	752,746.2	77.23	25.6
Dívida Interna	154,595.2	16.16	195,963.7	20.11	26.8
<i>Banco Central</i>	42,312.8	4.42	42,220.4	4.33	-0.2
<i>Bilhetes do Tesouro</i>	29,672.0	3.10	44,219.8	4.54	49.0
<i>Obrigações do Tesouro</i>	60,320.4	6.30	86,645.5	8.89	43.6
<i>Outros</i>	22,290.0	2.33	22,878.0	2.35	2.6
Total	754,077.3	78.81	948,710.0	97.34	25.8
P/ Memória: PIB	956,785.9		974,649.0		

Fonte: CGE, 2020

Ademais, a dívida pública continua insustentável. A estimativa apresentada no Relatório Anual da Dívida Pública para 2020 é de valor actual da dívida em percentagem do PIB de 62,7%, acima do limite de sustentabilidade (40%).

A informação sobre a sustentabilidade da dívida não consta da CGE-2020. O documento em análise limita-se a apresentar as cifras da dívida em percentagem do PIB. Sendo assim, recomenda-se a inclusão da referida informação.

Considerações sobre Dívida Pública:

- *Crescimento acelerado da Dívida Interna em cerca de 26,8% reflecte a estratégia do Governo em levar a cabo a consolidação fiscal por via deste instrumento; e*
- *A informação sobre sustentabilidade da dívida não consta da CGE-2020.*

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL NOS SECTORES DE SAÚDE E ÁGUA E SANEAMENTO

Os critérios de afectação de recursos do OE para os diferentes objectivos definidos no PQG são definidos no Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP) e, no caso vertente em análise, nomeadamente OE de 2020, os critérios estão definidos no CFMP (2020-2022). Para o nível provincial os critérios tomam em conta elementos como: 1º) População (70%); e 2º) Índice da Pobreza Multidimensional (30%). Dentro do segundo critério, o consumo tem um peso de 30%, a água e saneamento 30%, a saúde 20% e educação 20%.

Em termos globais, o CFMP (2020-2022) definiu como critério de afectação dos recursos internos para os sectores da saúde e de água e saneamento a afectação de 2,6% e 0,7% do PIB, respectivamente. Estes critérios têm sido os mesmos desde 2016, período base definido nesta análise.

Para além dos critérios fixados no CFMP, o ano de 2020 foi marcado pela formação dos órgãos de Governança descentralizada, que culminaram com a criação no sector de saúde de 10 novos centros de custos nas 10 províncias do país, designados Serviços Provinciais da Saúde. Com estes novos centros de custo, esperava-se um aumento do orçamento a nível provincial. No entanto, o que se verificou foi uma redistribuição dentro da mesma província o que se pode ver pelos níveis de alocação que não variaram a não ser pelos fundos alocados devido a COVID-19.

De uma forma geral, o ano de 2020 revelou-se desafiador para os sectores da saúde e de água e saneamento, dentre outros aspectos, devido aos seguintes aspectos:

- Alastramento da COVID-19, com consequências directas no sector de saúde, tanto em termos de medicamentos e equipamentos médicos, como no *modus operandi*;
- Agudização da necessidade de existência de condições de acesso à água e saneamento adequados, particularmente nas escolas;
- Restrições de circulação de pessoas e bens para conter a propagação da pandemia da COVID-19; e
- Calamidades naturais, com intensidade nas zonas centro, o que impôs desafios maiores para o sector de água e saneamento.

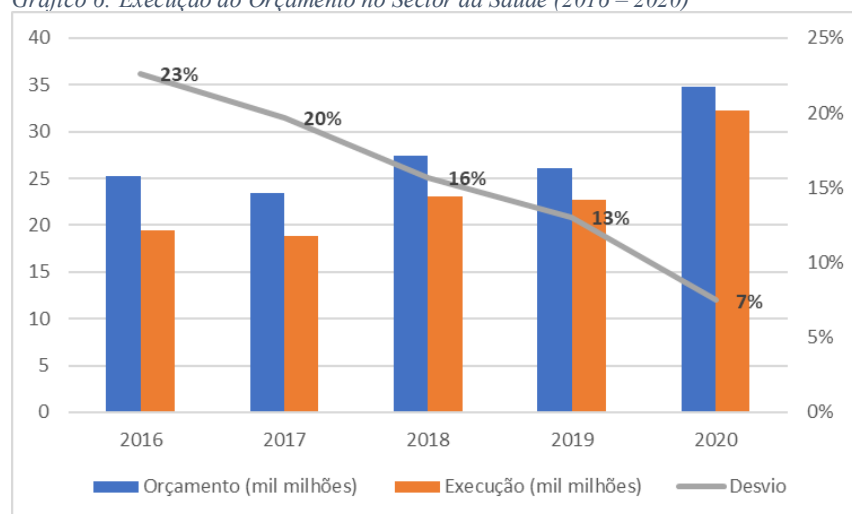
3.1. Execução Orçamental do Sector da Saúde

3.1.1. Execução Global do Orçamento do Sector da Saúde – 2020

Em termos globais, a execução do sector da saúde em 2020 foi de 32,19 mil milhões de meticais, correspondente a 92,5% do planificado, o que mostra um ligeiro desvio de 7,5pp da meta prevista. O desvio médio dos últimos 4 anos situava-se em torno dos 18%, tendo-se registado em 2020 uma melhoria significativa.

Para além da melhoria em termos de execução, o valor nominal executado no sector da saúde cresceu em cerca de 41,8% em relação a 2019, conforme mostra o gráfico abaixo.

Gráfico 6: Execução do Orçamento no Sector da Saúde (2016 – 2020)



Fonte: CGE's 2016 - 2020

Em relação ao PIB, o orçamento do sector de saúde representa 4,8%, ou seja, 2,23pp acima da percentagem definida no CFMP (2020-2022). De princípio, o peso do sector no PIB, comparado com a meta do CFMP pode ser considerado como sendo positivo. No entanto, é preciso ter em consideração que em 2020 o orçamento do sector foi consideravelmente reforçado para fazer face à pandemia da COVID-19.

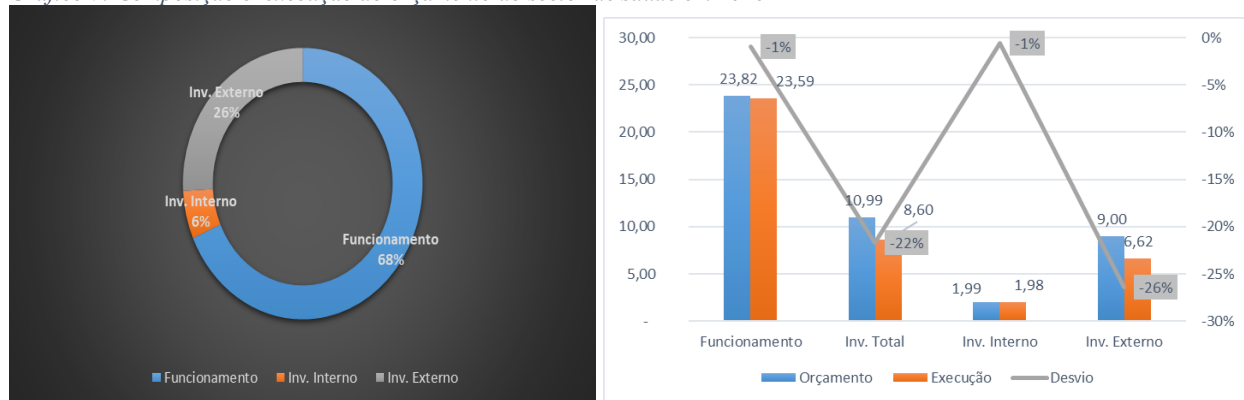
Em relação ao compromisso de atribuição de 15% do orçamento global para o sector da saúde⁴, apenas foi atribuído 9,3%, representado um desvio de 6pp em relação ao compromisso, i.e., mais uma vez o país não conseguiu cumprir com este compromisso.

Do orçamento total do sector, 23,8 mil milhões meticais, o correspondente a 68%, foi destinado para despesas de funcionamento e o restante 10,99 mil milhões de MT, o correspondente a 32%, para despesas de investimento. Do valor destinado às despesas de investimento 1,99 mil milhões de meticais, o correspondente a 6% da despesa total do sector para as despesas de investimento interno, e 9 mil milhões de MT, o correspondente a 26% para o investimento externo. (Vide gráfico abaixo)

Em termos de execução, as despesas de funcionamento e de investimento interno tiveram uma execução de 99% e de 99,4%, respectivamente, e o investimento externo 74% de execução. O grau de execução das despesas de investimento externo mostra um certo nível de divergência visto que a CGE-2020 menciona que cerca de 30,8% do valor executado (26,3 mil milhões de Meticais) para o financiamento das despesas no âmbito da COVID-19 foram aplicados nos sectores da Saúde, Educação e Energia e Obras Públicas e Recursos Hídricos. Sendo o sector da Saúde prioridade, devido à COVID-19, esperava-se que o grau de execução fosse superior ao efectivado. Em termos totais, o investimento apresentou uma execução de 8,6 mil milhões de meticais, o correspondente a 78% do orçamento final de 10,99 mil milhões de meticais.

⁴Meta de Abuja, na qual o Governo comprometeu-se a alocar até 2015, da sua despesa total, 15% no sector saúde e, a partir de 2016, alocar, seguindo a tendência verificada nos últimos 3 anos.
<https://www.misau.gov.mz/index.php/planos-estrategicos?download=132:plano-estrategico-do-sector-da-sade-2014-2019>

Gráfico 7: Composição e execução do orçamento do sector de saúde em 2020



Fonte: CGE (2020)

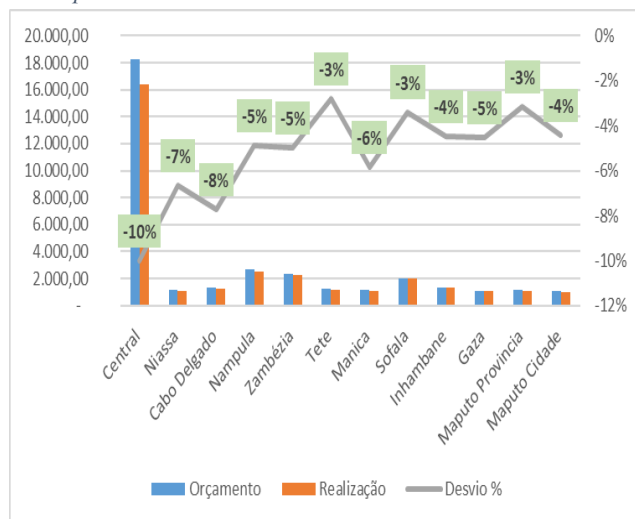
3.1.2. Execução Orçamental do Sector da Saúde por Província – 2020

A nível provincial, Nampula apresenta-se com 8% do total do orçamento do sector, Zambézia com 7% e Sofala com 6%. Estas configuram-se como as províncias que mais absorveram o orçamento do sector em 2020.

Note-se que Nampula é a província mais populosa do país, com cerca de 5,8 milhões de habitantes, seguida da Zambézia, com 5,2 milhões e habitantes, e Tete com 2,7 milhões de habitantes (INE, 2017). Facto curioso é que a província de Sofala aparece no *top 3* dos maiores receptores do orçamento do sector em 2020, sendo a quinta província mais populosa do país, com 2,2 milhões de habitantes, depois de Cabo Delgado, com 2,3 milhões de habitantes, conforme dados do censo geral da população do INE de 2017. Este facto pode ter derivado da necessidade de recursos da província de Sofala devido ao impacto do choques climáticos, ciclone Idai e Kenneth ocorridos em 2019.

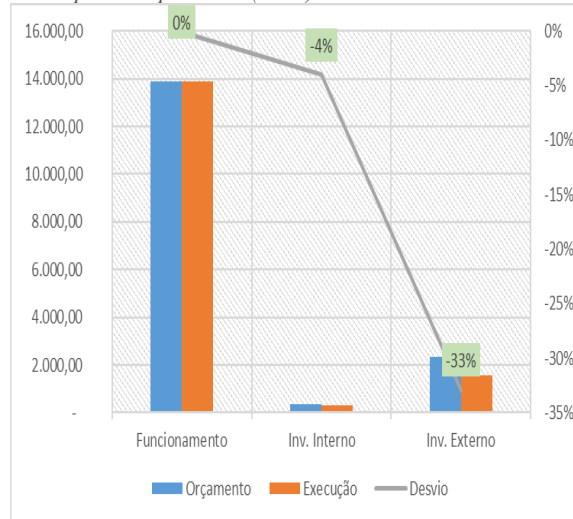
Conforme ilustra o gráfico abaixo, em média as províncias executaram 95% do seu orçamento global para o sector de saúde com um desvio médio de 5% em relação ao orçamento revisto. O nível central apresenta o maior desvio, 10%, seguido de Cabo Delgado, com 8%, e Niassa com 7%. O menor desvio verificou-se nas províncias de Tete, Sofala e Maputo Província com 3%.

Gráfico 8: Desvio de Execução do Orçamento do Sector da Saúde por Província



Fonte: CGE (2020)

Gráfico 9: Execução do Orçamento Provincial do Sector da Saúde por Componentes (2020)



Fonte: CGE (2020)

O desvio global de execução do sector, conforme se pode verificar, deriva em grande medida do incumprimento a nível central, onde está concentrado o maior nível de investimento externo, 74%, com uma execução de 75% em relação ao orçamento final.

Importa recordar que o maior bolo do orçamento, a nível provincial, corresponde à despesa de funcionamento, com 84% do peso, e um nível de execução de 100% (ver gráfico acima). A concentração de maior peso do orçamento em despesas de funcionamento não permite a materialização de investimentos em actividades de investimento estruturante para a alteração do actual cenário de precariedade dos serviços de saúde no país.

3.1.3. Execução Orçamental do Sector da Saúde 2016 - 2020

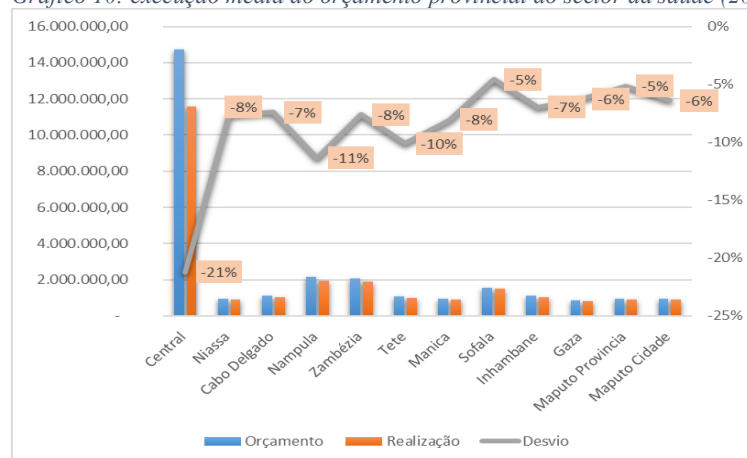
Em termos comparativos, entre 2016 e 2020, o orçamento alocado ao sector aumentou em 9%. Em termos médios, de 2016 para 2020, o orçamento aumentou numa média anual de 7%. Mas, o peso em relação ao OE reduziu de 11%, em 2016, para 9%, em 2020, o que mostra uma regressão em relação ao compromisso de alocação de 15% do OE ao sector, facto que pode contribuir para o retardar do intento de cobertura universal de serviços de saúde no país.

Em termos de execução, em média o nível foi de 81%, com um desvio de 19% em relação ao programado. Os maiores desvios médios são verificados a nível central, seguido das províncias de

Nampula e Tete com desvios de 21%, 11% e 10% respectivamente. Os menores desvios são verificados nas províncias de Sofala e Maputo Província, com desvios médios de 5%, e Gaza e Maputo Cidade com 6% (ver gráfico abaixo).

No que concerne ao peso da despesa no sector no PIB, de 2016 para 2020, verifica-se uma variação positiva de 1pp, passado de 4% para 5%. Em termos médios, o peso do sector da saúde no PIB foi de 4%, representado 1,4pp acima do critério de afectação de recursos internos definidos no CFMP (2020-2022).

Gráfico 10: execução média do orçamento provincial do sector da saúde (2016-2020)



Fonte: Construído com base nos dados da CGE (2020)

Comentários sobre a execução do orçamento do sector de saúde:

- De modo geral o orçamento do sector em 2020 apresenta um nível positivo de execução, cerca de 92%, entretanto abaixo do esperado dadas as necessidades acrescidas criadas pela pandemia da COVID-19;
- No entanto, tratando-se de um ano atípico, em que os desafios e as necessidades de recursos se voltaram significativamente para este sector, conjugado com facto de se ter verificado desembolso dos parceiros em cerca de 82% do compromisso no âmbito da COVID-19, esperava-se que a magnitude do desvio fosse a mais reduzida possível, ou mesmo nula;
- Ademais, alguns desafios relacionados podem estar relacionados com a centralização da afectação do orçamento de investimento a nível central, o não cumprimento do compromisso de atribuição de 15% do orçamento global ao sector, o facto de o peso de

mais da metade do orçamento do sector ser para as despesas de funcionamento em detrimento de investimentos e alguma falta de consistência na atribuição dos orçamento, em função dos critérios definidos;

- *Verifica-se igualmente que o nível central, onde está concentrado o maior orçamento de investimento, apresenta a maior taxa de incumprimento em termos de execução; e*
- *Estas constatações reforçam a necessidade do cumprimento dos compromissos de atribuição orçamental, uma maior desconcentração do orçamento de investimento para as províncias e distritos, onde efectivamente as acções ocorrem, devendo-se capacitar esses locais para o efeito.*

3.2. Execução orçamental do sector de água e saneamento

As actividades do sector de água e saneamento estão inseridas dentro do Ministério das Obras Publicas e Habitação e Recursos Hídricos, acontecendo o mesmo com as actividades para as Direcções Provinciais de Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos, sendo difícil separar as actividades que vão somente para o sector de água e saneamento. Assim, para efeitos desta análise, foram objecto de análise os orçamentos e as actividades das seguintes instituições: a nível central: o Ministério das Obras Públicas e Habitação e Recursos Hídricos, a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento, a Administração Regional das Águas do Sul, o Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água; a Autoridade Reguladora de Águas e a Direcção Nacional de Abastecimento de Água e saneamento, e a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos. e a nível provincial: as Direcções Provinciais das Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos e Administrações Regionais das Águas.

3.2.1. Execução Global do Orçamento do Sector de Água e Saneamento Saúde – 2020

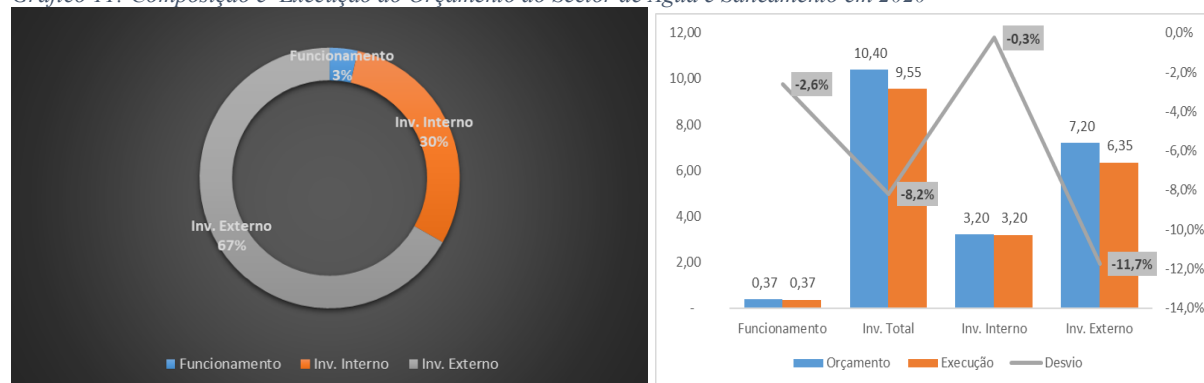
Em termos globais, a execução do sector de água e saneamento em 2020 foi de 9,9 mil milhões de meticais, o correspondente a 92%, e um desvio em relação ao orçamento final de 8%. Importa realçar que o orçamento deste sector sofreu um reforço de cerca de 4,66 mil milhões de meticais, na componente de investimento externo, para o combate à pandemia da COVID-19 através de

investimentos no sector. Apesar deste reforço, a variação orçamental do sector, comparativamente a 2019, é negativa em 39%.

Em relação ao PIB, a preços constantes (2014=100)⁵, o orçamento do sector representa 2% da produção interna de 2020, ou seja, 1,3pp acima da percentagem definida no CFMP (2020-2022). Mas, é preciso notar que este orçamento foi reforçado em cerca de 76% por fundos externos.

Do orçamento total do sector, 0,37 mil milhões meticais, o correspondente a 3%, foi destinado para despesas de funcionamento, 3,2 mil milhões de meticais, o correspondente a 30%, para as despesas de investimento interno e 7,2 mil milhões de MT, o correspondente a 67% para o investimento externo. Em termos de execução, a despesa de funcionamento apresentou um nível de execução de 97%, a despesa de investimento interno apresentou 100% de execução e o investimento externo 88%. Estes dados mostram uma excelente execução global do orçamento deste sector principalmente para as componentes de despesa de investimento que normalmente têm apresentado baixos níveis de execução. Ver gráfico abaixo

Gráfico 11: Composição e Execução do Orçamento do Sector de Água e Saneamento em 2020



Fonte: Construído com base nos dados da CGE (2020)

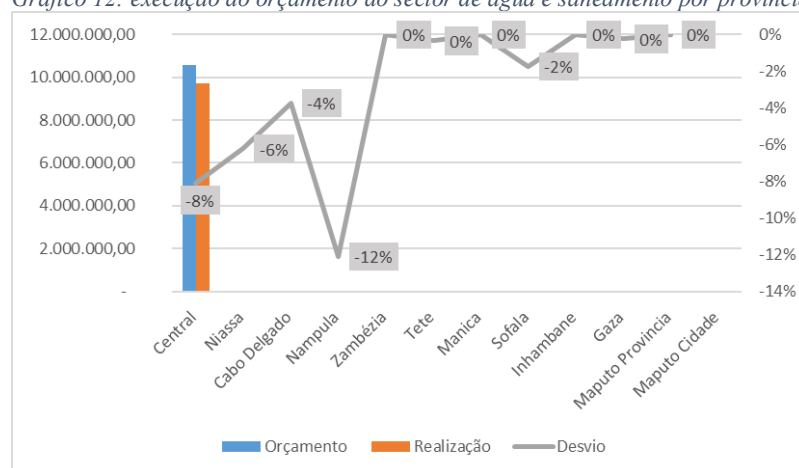
3.2.1. Execução Orçamental do Sector de Água e Saneamento por Província – 2020

Os dados da Conta Geral do Estado (CGE) de 2020 para este sector mostram que 98% do orçamento foi alocado a nível central, 0,4% para a província de Nampula, 0,38% para a província de Tete e 0,3% para a província de Sofala.

⁵INE (2021), http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib_optica_despesa-18-05-2021-1.xlsx/view

Conforme ilustra o gráfico abaixo, em média as províncias executaram 98% do seu orçamento global do sector de água e saneamento com um desvio médio de 2% em relação ao orçamento final. A Província de Nampula, uma das maiores beneficiárias do orçamento, apresenta o maior desvio, com 12%, seguido do nível central com um desvio de 12%. As províncias de Niassa com 6%, Cabo Delgado com 4% e Sofala com 2% são as outras províncias com desvios em termos orçamentais. As restantes, coincidentemente as províncias com os menores orçamentos do sector, apresentam 100% de execução. Aqui o padrão é: quanto maior for a parcela que a província recebe do OE, maior é o desvio em relação à execução global. O cenário agrava-se quando se trata de orçamento de investimentos. Isto é um indicador preocupante para um país que deve ser capaz de executar de forma eficiente as suas oportunidades de investimento por forma a promover um desenvolvimento rápido e sustentado.

Gráfico 12: execução do orçamento do sector de água e saneamento por província (2020)

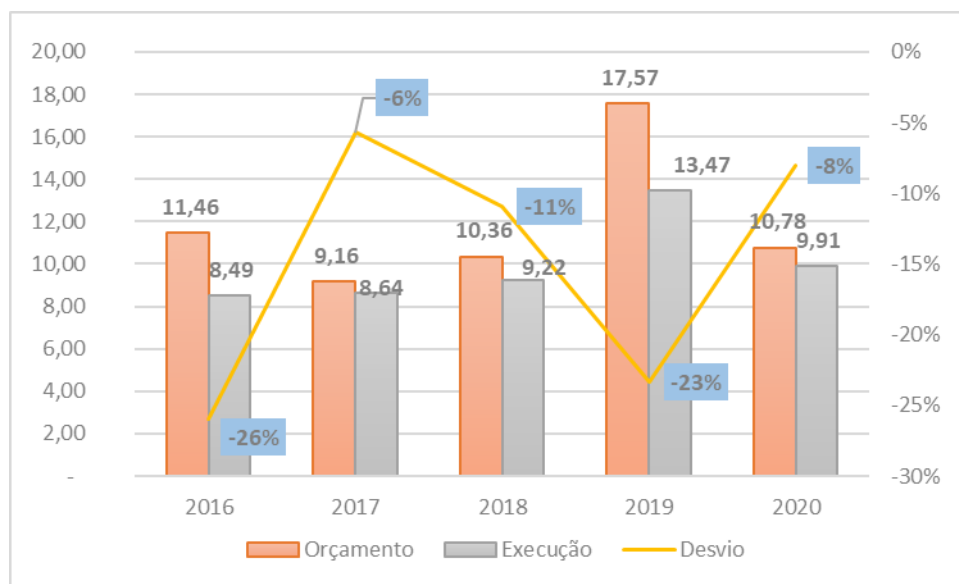


Fonte: Construído com base nos dados da CGE (2020)

3.2.1. Execução Orçamental do Sector da Saúde 2016 - 2020

Em termos comparativos, de 2016 para 2020, o orçamento alocado ao sector reduziu em 6%, isto é, de 11,46 mil milhões de metical para 10,78 milhões de metical, o correspondente a uma média anual de 6%. Esta média é influenciada pelas reduções orçamentais em 20% do orçamento de 2017 comparativamente a 2016 e a redução em 39% do orçamento de 2020 comparativamente a 2019 (Ver gráfico abaixo). O peso do orçamento do sector em relação ao OE reduziu de 5% em 2016 para 3% em 2020, num momento em que o país necessidade de canalização de mais fundos para fazer face à COVID-19.

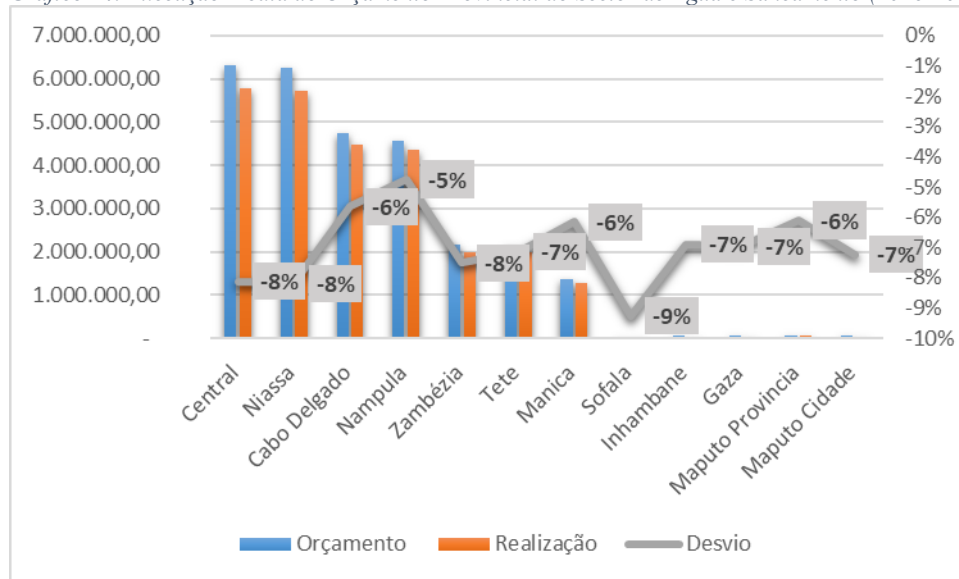
Gráfico 13: execução do orçamento do sector de água e saneamento (2016-2020)



Fonte: Construído com base nos dados da CGE (2020)

Em termos de execução, em média, o nível de execução do sector neste período foi de 93% com um desvio de 7% em relação ao programado. Os maiores desvios médios são verificados na província de Sofala, com uma média de 9%, seguida do nível central, Niassa e Zambézia, com um desvio médio de 8%. Os menores desvios são verificados na província de Nampula, com desvio médio de 5%, seguida de Cabo Delgado, Manica e Maputo Província, com um desvio médio de 6% (ver gráfico abaixo). Em termos do peso da despesa no sector no PIB, de 2016 para 2020, não se verifica uma variação mantendo-se em 2%. Em termos médios, o peso do sector da água e saneamento no PIB foi de 2%, representado 1,3pp acima do critério de afectação de recursos internos definidos no CFMP (2020-2022).

Gráfico 14: Execução Média do Orçamento Provincial do Sector de Água e Saneamento (2016-2020)



Fonte: Construído com base nos dados da CGE (2020)

Comentários sobre execução do orçamento do sector de água e saneamento:

- O sector de águas e saneamento apresenta, em 2020, um nível de execução que se pode considerar satisfatório, 92%;
- É também positivo o facto de 97% do orçamento do sector destinar-se ao investimento e os níveis de execução do investimento interno terem atingido a cifra de 100% e o externo 88%. Pese embora seja reflexo de um investimento devido a uma situação específica, mostra o comprometimento do Governo na luta contra a pandemia;
- Foi notória, neste sector, a correlação entre a quantidade de orçamento atribuído e o nível de desvio no sentido em que quanto maior for o orçamento atribuído maior é a incapacidade das províncias de o executarem;
- Esta constatação remete à necessidade de atribuição de orçamentos mais balanceados entre as províncias e todos os órgãos do Estado e também a identificação das fragilidades por detrás desta correlação no sentido de a corrigir.

4. DESEMPENHO DO SECTOR DE SAÚDE E DO SECTOR DE ÁGUA E SANEAMENTO EM 2020

O CFMP (2020-2022), documento base de elaboração do plano e orçamento de 2020, definiu que os sectores económicos e sociais que providenciam serviços básicos à população (Saúde, Educação, Acção social, Água e saneamento e Justiça) fazem parte da prioridade para a afectação de recursos para a realização das despesas no triénio 2020-2022. Neste sentido, define que será garantido o financiamento das acções estratégicas sectoriais por forma a assegurar o cumprimento das metas do PQG. É neste âmbito que, após a análise das execuções orçamentais, faz-se uma análise das mudanças quantitativas e qualitativas constates do Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) de 2020 para dois dos sectores prioritários, nomeadamente saúde e água e saneamento.

4.1.1. Sector da Saúde

O crescimento económico de 2,2% previsto no Plano Económico e Social (PES) de 2020, contava com uma contribuição do crescimento de 2% do sector da saúde e acção social, através de: *i) aumento do atendimento nas consultas externas; ii) aumento dos partos institucionais em 1,9 pontos percentuais (pp); iii) aumento dos internamentos; e iv) aumento do número de beneficiários dos diversos programas de protecção social (crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e mulheres chefes de agregado familiar) para cerca de 608 mil agregados familiares (PES, 2020). Logo de partida, é possível verificar que, das quatro acções bases definidas no PES de 2020 como essenciais para o crescimento do sector de saúde e acção social duas não apresentam metas, o que não permite verificar o objectivo que se deseja atingir.*

Os dados do Balanço do Plano Económico e Social (BdPES) mostram que, no ano de 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) decresceu em (-1.28%) e o sector da saúde e acção social contribuiu com um crescimento de 7,4%, isto é, 5,4 pontos percentuais (pp) acima do previsto. Estes dados mostram que apesar do desempenho negativo de toda a economia, o sector da saúde apresentou um desempenho positivo. Este crescimento é algo previsível, considerando que o ano de 2020 foi marcado grandemente pela luta contra a pandemia da COVID-19, o que significou que se esperava

que grande parte dos recursos fossem canalizados para este sector para fazer face a esta luta. Este facto pode ser observado pela variação em 25% no sector do sector da saúde entre 2019 e 2020, comparativamente a uma média anual de variação 7% no período compreendido entre 2016 a 2020.

O BdPES de 2020 mostra que (ver quadro abaixo):

- i)* Para o atendimento nas consultas externas não se apresenta uma meta no PES e nem no Plano Quinquenal do Governo (PQG) 2020-2024. No entanto, no balanço aparece com uma realização de 73%, desvio de incumprimento de 23,5% em relação a meta base de 2019;
- ii)* Para a realização de partos institucionais para a redução da morbimortalidade é apresentado com meta no PES, 88,9% de partos. No entanto, no BdPES aparece com nova meta, 89,9%. A realização indica que 87% de partos foram realizados institucionalmente, representado um desvio de 0pp em relação a base de 2019 e 4pp em relação à meta do PQG (2020-2024).
Em relação a ao PES (meta original), o desvio é de 1,9pp de incumprimento da meta anual e 2,9pp em relação à meta que apresentada no BdPES;
- iii)* Para o aumento dos internamentos, tanto o PQG como o PES não apresentam nenhuma meta. No entanto, no BdPES é apresentado como meta, 4.356.474 de internamentos e uma realização de 86,6%, com um desvio de incumprimento de 4,32%;
- iv)* Para o aumento do número de beneficiários dos programas de protecção social, o PQG define como meta, para 2024, a percentagem de 28% de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza beneficiando dos Programas de Protecção Social, partido de uma base de 22% em 2019. O PES 2020, definiu como meta 22%, acrescentando que se trata de um aumento para cerca de 608 mil agregados familiares. O BdPES aponta para uma realização de 622 mil agregados sem uma referência em relação à meta de 22%, o que não permite fazer qualquer inferência em relação às metas-base e à meta de 2024.

Quadro 4: Actividade de Serviços de Saúde Humana e Acção Social

Actividades de Saúde	Real. 2019	Plano 2020	Real. 2020	Realização (%)	Varição (%)
Saúde:					
DCO's (dias de internamento)	3 618 107	4 356 474	3 774 368	86,6%	4,32
Partos Institucionais (%)	87%	89,9%	87%	96,8%	0,00
SMI (Consultas de Saúde Materno Infantil)	16 611 075	26 750 710	20 743 298	77,5%	24,88
Consultas (Externas)	45 749 561	47 341 386	34 978 873	73,9%	-23,54
Acção Social:					
Beneficiários da Acção Social	567 290	579 084	622 093	107,4%	9,66

Fonte: BdPES 2020

Desempenho dos principais indicadores sociais do sector de saúde

A componente social da saúde enquadra-se na prioridade 1- desenvolver o capital humano e justiça social - e no objectivo estratégico 2 - expandir o acesso e melhorar a qualidade dos serviços de saúde. Para esta componente, o BdPES mostra no geral um bom desempenho, com a excepção do número de crianças beneficiárias do TARV cuja execução em 2020 apresentou um desvio negativo de 38% em relação a meta, o que poderá comprometer a meta quinquenal. Quanto à vacinação de crianças menores de 5 anos, é de salutar o alcance e a superação, tanto da meta anual como da quinquenal, em 9% e 8pp respectivamente. Embora o Governo justifique que a pandemia COVID-19 reduziu a aderência da população às unidades sanitárias, esforços adicionais deverão ser feitos no sentido de se alcançar as metas anuais dos partos institucionais e o rácio dos profissionais de saúde, cujos desvios em relação à meta quinquenal, comparativamente ao realizado em 2020, é de 4pp e 60 profissionais por 100.000 habitantes.

Quadro 5: Desempenho dos principais indicadores sociais da saúde - 2020

Áreas	Indicadores	Base (2019)	Meta (2024)	Plano 2020	Realização Anual	Grau de Realização % Anual
Saúde	% de crianças menores de 5 cinco anos completamente vacinadas	94%	(96%) 1.001.405	(95%) 954,603	(104%) 1.042.997	109%
	% de partos institucionais para a redução da morbimortalidade	87%	91%	(89.9%) 1.172.565	(87%) 1.150.089	98%
	Nº de crianças beneficiárias do TARV	86.920	141.154	130.455	80.418	62%
	Rácio de densidade dos profissionais de regime especial de saúde nacionais e estrangeiros por 100.000 habitantes	113,3	170,5	118,6	110,0	93%

Fonte: Construído com base no BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

Desempenho dos principais indicadores de infra-estruturas do sector de saúde

A componente de infra-estruturas do sector de saúde enquadra-se na prioridade 2 - impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego e no objectivo estratégico 10 - promover o desenvolvimento de Infra-estruturas económicas, sociais e de administração. O PQG define para o quinquénio os seguintes indicadores: *i) Concluir a construção e apetrechar os Hospitais Gerais (Beira, em Sofala, e Nampula em Nampula); ii) Concluir a construção e apetrechar os Hospitais Provinciais (Lichinga e Maxixe); e c) Construir e apetrechar 30 Hospitais Distritais.* De modo geral, o BdPES de 2020 apresenta uma baixa realização (conclusão das obras) em relação às metas definidas, conforme se pode ver pelo quadro abaixo. Comparativamente à meta quinquenal, a este ritmo de execução, as mesmas não serão cumpridas. Dos 15 hospitais previstos para intervenções, apenas 4 foram concluídos, isto é, 27% da meta geral. As regras orçamentais definem que o orçamento é anual e, neste sentido, se um hospital não for concluído num determinado exercício económico, o seu orçamento não transita. Neste caso, esforços adicionais para se garantir verba orçamental no exercício seguinte para a sua conclusão e a inclusão de novas metas deverão ser empreendidos e, sabendo-se das limitações orçamentais do país, o cumprimento do PQG fica comprometido.

Quadro 6: Desempenho dos principais indicadores sociais da saúde – 2020

Nº de Ordem	Acção	Meta (2020-2024)	Meta Annual	Realização da Meta Annual	% da Realização da Meta Annual
1	Concluir a construção de Hospitais Distritais (HDs)	30	8	2	25%
2	Concluir a reabilitação e ampliação de Hospitais Distritais (HDs)	0	3	2	67%
3	Concluir a construção de Hospitais Gerais (HGs)	2	3	0	0%
4	Prosseguir a ampliação/reabilitação de Hospitais Provinciais (HPs)	2	1	0	0%

Fonte: Construído com base no BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

Componente de género no sector da saúde

Neste sector, as acções não mostram, nem no PES, nem no BdPES, os beneficiários desagregados por género. Esta falta de indicação nos documentos de plano dificulta ainda mais a identificação dos orçamentos do sector da saúde, considerando o género. Neste caso, salvo informação adicional

e que não é disponibilizada para consulta pública, não se podem verificar os níveis orçamentais, e/ou de execução das actividades, com base na sensibilidade do género.

Comentários sobre indicadores de desempenho do sector de Saúde:

- *Apesar do desempenho negativo de toda a economia, o sector da saúde apresentou um desempenho positivo em 2020, tendo registado um crescimento de 7,4%, correspondente a 5,4 pontos percentuais (pp) acima do previsto;*
- *O desempenho positivo do sector pode ser explicado, em certa media, pelo nível de gastos efectuados para o combate a COVID-19;*
- *Olhando para os dados do PES e do BdPES, verifica-se, de forma geral, um incumprimento das metas traçadas para 2020 o que compromete o cumprimento do PQG (2020-2024);*
- *Persiste o desalinhamento entre as metas traçadas no PQG, PES e BdPES o que realça a necessidade de o Governo procurar fazer o alinhamento entre esses três documentos, uma vez que os mesmos estão interligados, impossibilitando, deste modo, com a informação disponível, fazer-se um alinhamento entre o orçamento e o plano de actividades;*
- *Quanto aos indicadores de infra-estruturas de saúde, fora os desalinhamentos dos documentos de planificação já mencionados, o não cumprimento da sua execução compromete em grande medida a sustentabilidade orçamental e cumprimento do PQG;*
- *Os documentos de planificação para o sector de saúde não permitem a desagregação dos beneficiários em termos de género, devendo o Governo garantir essa desagregação.*

4.1.2. Sector de Água e Saneamento

As principais acções do sector de água e saneamento encontram-se enquadradas no PQG (2020-2024) sendo, prioridade 2 - impulsionar o crescimento económico, a produtividade e a geração de emprego, e o objectivo estratégico 10 - promover o desenvolvimento de infra-estruturas económicas, sociais e de administração.

O sector de construções, onde as principais acções do sector de água e saneamento se enquadram, previa um crescimento em 2020 de 3%. A contribuição do sector de água e saneamento para este sector seria através das seguintes acções: *i)* aumento em 4% da população vivendo nas zonas rurais com fonte de água segura; *ii)* aumento em 1% da população vivendo nas zonas urbanas com fonte

de água segura; *iii*) aumento em 3% da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados *iv*) aumento em 3% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados.

O BdPES de 2020 aponta para um decréscimo do sector de construção em 0,6%, o que representa um desvio de 3,6pp em relação a meta anual. Este decréscimo pode estar aliado à redução que o sector sofreu, no geral, durante o ano de 2020 devido à COVID-19. Mas, especificamente para o sector de água e saneamento, houve um aumento considerável do orçamento, 165% entre 2019 e 2020, um crescimento 108pp acima da média do período de 2016 a 2020, que foi de 57%. O quadro 9 (Prioridade II: Impulsionar o Crescimento económico, a Produtividade e a Geração de Emprego) do BdPES de 2020 mostra níveis de execução do sector de água e saneamento acima dos 100%. No entanto, um cálculo mais cuidadoso dessas metas mostra que as mesmas apresentam alguns erros de cálculo, uma para baixo e outra para muito acima.

Analisando os dados aqui calculados, pode-se verificar que, apesar do decréscimo global do sector de construções, o sector de água e saneamento apresentou, em 2020, realizações acima do planificado para todos os indicadores deste sector (ver quadro abaixo). O maior desvio positivo em relação ao planificado verifica-se no aumento da percentagem da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados, que aumentou em 2pp em relação a meta definida, e o menor no indicador da percentagem da população vivendo nas zonas urbanas, que usa serviços de saneamento adequados, cuja execução foi de 100%.

Quadro 7: Desempenho dos principais indicadores do sector da água e saneamento - 2020

Áreas	Indicadores	Base (2019)	Meta (2024)	Plano 2020	Realização Anual	Grau de Realização % Anual (BdPES)	Grau de Realização % Anual (calculado)
água e saneamento	% da população vivendo nas zonas rurais com fontes de água segura	52%	70%	3%	4%	103%	137%
	% da população vivendo nas zonas urbanas com fontes de água segura	83%	90%	2%	3%	260%	130%
	% da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados	32%	55%	3%	5%	160%	160%
	% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados	56%	80%	3%	3%	100%	100%

Fonte: Construído com base no BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

Em relação às metas quinquenais, seria recomendável que tanto o PES assim como o BdPES fizessem reflectir as metas planificadas e de realização em conformidade, como estão apresentadas no PQG. Assim como estão reflectidas no PES e BdPES, podemos deduzir duas situações que se diferem dos resultados apresentados acima que não permitem aferir os níveis de realização quinquenal:

1. Assumir que as metas que o PES apresenta são o crescimento em relação a base. Assim, os graus de realização de 2020 reduziriam drasticamente comparativamente aos reportados, mas continuando acima de 100%, mas, mais realísticos em comparação com os níveis de execução reportados. Nesta situação, já seria possível fazer a comparação com o alcance da meta de 2024 e o distanciamento em relação à base. Ver quadro 8 abaixo

Quadro 8: Desempenho dos principais indicadores água e saneamento com base na % do desempenho do PES- 2020

Áreas	Indicadores	Base (2019)	Meta (2024)	Plano 2020	Realização Anual	Grau de Realização % Anual
água e saneamento	% da população vivendo nas zonas rurais com fontes de água segura	52%	70%	53,6%	54,1%	101%
	% da população vivendo nas zonas urbanas com fontes de água segura	83%	90%	84,7%	85,2%	101%
	% da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados	32%	55%	33,0%	33,5%	102%
	% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados	56%	80%	57,7%	57,7%	100%

Fonte: Construído com base no BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

2. Assumir que as metas que o PES apresenta estão reflectidas em um aumento em relação à base em termos de pontos percentuais (algo que é de duvidar porque o PES coloca % e não pontos percentuais). Assim, os graus de realização de 2020, tal como acontece com a primeira suposição, reduziriam drasticamente comparativamente aos reportados, mas continuado acima de 100%. Nesta situação, igualmente seria possível fazer a comparação com o alcance da meta de 2024 e o distanciamento em relação a base. Ver quadro 9 abaixo

Quadro 9: Desempenho dos principais indicadores água e saneamento com base em pontos percentuais do desempenho do PES- 2020

Áreas	Indicadores	Base (2019)	Meta (2024)	Plano 2020	Realização Anual	Grau de Realização % Anual
água e saneamento	% da população vivendo nas zonas rurais com fontes de água segura	52%	70%	53,6%	54,1%	101%
	% da população vivendo nas zonas urbanas com fontes de água segura	83%	90%	84,7%	85,2%	101%
	% da população vivendo nas zonas rurais que usa serviços de saneamento adequados	32%	55%	33,0%	33,5%	102%
	% da população vivendo nas zonas urbanas que usa serviços de saneamento adequados	56%	80%	57,7%	57,7%	100%

Fonte: Construído com base no BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

Componente de género no Sector de Água e Saneamento

Neste sector, é possível verificar através do PES, as previsões de benefício baseadas no género. As acções apresentam uma desagregação de benefícios esperados para as mulheres que se mostram maiores em 11%, comparativamente aos homens. No entanto, em termos de realização o BdPES não apresenta essa desagregação o que não irá permitir, no final, ter informações de realização para o género tanto em número de pessoas beneficiadas como em orçamento gasto. Ver quadro abaixo

Quadro 10: sensibilidade do género no PES (sector de água e saneamento)

N/O	Acção	Beneficiários (desagregados por género)		
		Mulheres	Homens	Total
1	Reabilitar, expandir e construir sistemas de abastecimento de água nas cidades e vilas	319.000	345.800	664.800
2	Construir sistemas de abastecimento de água nas zonas rurais	57.036	52.648	109.684
3	Estabelecer ligações domiciliárias nas cidades e vilas	62.878	58.041	120.919
4	Expandir redes de distribuição de água	25.372	11.914	37.286
5	Construir fontes de água nas zonas rurais	152.100	140.400	292.500
Total		616.386	608.803	1.225.189

Fonte: BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

Comentários sobre o desempenho do sector de Água e Saneamento:

- *O sector de construção, onde o sector de água e saneamento se enquadra, apresentou um crescimento negativo, em 2020, de 0,6%, correspondente a um desvio negativo de 3,6pp em relação a meta anual. O desvio global do sector foi influenciado pela pandemia da COVID-19 que reduziu o nível de actividades deste sector;*
- *As 4 metas principais definidas para 2020, neste sector, apresentam realizações acima do planificado o que é positivo para o alcance das metas do PQG, contribuindo para melhoria da vida da população;*
- *Em relação ao género, o PES apresenta a previsão dos benefícios considerando esta sensibilidade. No entanto, o BdPES não apresenta a realização.*

5. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DE 2020, COM ENFOQUE NOS IMPACTOS DA COVID-19 NOS SECTORES DA SAÚDE E ÁGUA E SANEAMENTO

A CGE (2020) indica que o Governo recebeu, até Dezembro de 2020, USD 661,5 milhões. Destes, USD 622,1 milhões foram em numerário e USD 39.5 milhões em espécie para fazer face à luta conta a COVID-19 no país. Indica ainda, a CGE (2020), que parte do valor, correspondente a 8.113,5 milhões de meticais, serviu para o financiamento de despesas de investimento nos sectores da Saúde, Educação e Desenvolvimento Humano, Energia, Obras Públicas e Recursos Hídricos, e 995,8 milhões de meticais para o financiamento das despesas de funcionamento nos sectores da Saúde e de Apoio Social (INAS). A CGE indica que foram executadas despesas de investimento externo no montante de 1.178,3 milhões de meticais, no sector da Saúde, e 3.820,0 milhões de meticais referentes à donativos em espécie, para os sectores da Saúde e de Apoio Social (INAS).

Em termos específicos, para os sectores em análise, a CGE indica que foi alocado para o sector da saúde, 16% do orçamento específico para o combate à pandemia, o que justifica o incremento orçamental de 25% em 2020 comparativamente a 2019. A execução apresenta um desvio negativo de 27%, em relação ao orçamento, o que é preocupante face às inúmeras necessidades conhecidas

em relação aos cuidados de saúde necessários para a pandemia (ver quadro abaixo). Para o sector da água e saneamento, enquadrado no sector de obras publicas, não é possível ver, com os dados disponíveis, que valores foram especificamente destinados ao sector mas, em termos gerais, verifica-se que foi atribuído 10% do orçamento global para as obras públicas, com um nível de execução de 7%. No entanto, olhado para o mapa orçamental do sector de águas e saneamento pode-se verificar um incremento do orçamento inicialmente atribuído em cerca de 76%, correspondente a cerca de 4,7 mil milhões de MT, que se supõe que provenham das dotações para o combate à pandemia.

Quadro 11: Execução do orçamento para o combate a COVID-19 em 2020 (valores em milhões de MT)

Descrição	Orçamento	Execução	Peso	Desvio exec.
Obras públicas	3.500	3.255	10%	-7%
Ministério da Saúde	5.795	4.222	16%	-27%
Outros Sectores	25.942	18.854	74%	-27%
Total	35.237	26.330	100%	-25%

Fonte: BdPES (2020) e PQG (2020-2024)

Comentários sobre execução orçamental dos sectores de Saúde e Água e Saneamento no âmbito da COVID-19:

- *Os níveis de detalhes fornecidos na CGE não permitem uma análise mais detalhada sobre o impacto, em termos orçamentais, da COVID-19 nos dois sectores de forma específica;*
- *A análise dos orçamentos atribuídos aos dois sectores em 2020, comparativamente aos anos anteriores até 2016, mostra um aumento significativo em 2020. Este facto deve-se as dotações orçamentais adicionais que os sectores receberam no âmbito do combate à pandemia, com maior ênfase para os orçamentos de investimento externo;*
- *Apesar desta tendência, que se observa nos orçamentos dos sectores, era importante alguma informação com algum nível de detalhe na CGE.*

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Em termos globais, o grau de execução esteve acima dos 90%, tendo a Receita do Estado registado 109% e a Despesa do Estado 94,7%. No entanto, cerca de 50% dos indicadores do objectivo estratégico, referente às finanças públicas, encontram-se aquém da meta estabelecida para 2020, dentro do presente quinquénio.

Para além deste ponto, destacam-se os seguintes:

- A CGE-2020, bem como o REO-2020, não apresenta informação global sobre o nível de execução dos sectores económicos sociais, o que não permite avaliar sinteticamente o desempenho destes sectores;
- A execução em 2020 não reflecte o desempenho dos sectores económico, pois as cifras foram revistas em baixa para acomodar os desafios impostos pela COVID-19;
- O crescimento acelerado da Dívida Interna, em cerca de 26,8%, reflecte a estratégia do Governo para levar a cabo a consolidação fiscal por via deste instrumento.
- De modo geral, os orçamentos do sector de Saúde e de Água e Saneamento, em 2020, apresentam desempenhos positivos em termos de execução orçamental. No entanto, continuam a apresentar desafios em termos de alocação entre os níveis central e provincial e também entre a componente de funcionamento e investimento. Os documentos de planificação e orçamento não permitem uma monitoria adequada das realizações das metas estabelecidas no PQG devido à falta de ligação entre esses dois documentos. Há falta de informação nos documentos de planificação, principalmente para o sector de saúde, sobre a parte do orçamento e a realização de actividades que atende às questões do género.
- Os níveis de detalhes sobre as realizações dos fundos disponibilizados para atender a questão da COVID-19 neste sectores é limitada para uma monitoria adequada.

Neste sentido, recomenda-se ao MEF, em particular, e ao Governo, em geral, o seguinte:

- Apresentação na CGE, como já acontecia no passado, da tabela de Despesas nos Sectores Económicos e Sociais, de modo a facilitar a monitoria do desempenho destes sectores para permitir avaliar até que ponto as metas do PQG a eles relativas estão sendo alcançadas;

- Inserção desagregada do sector de água (e saneamento) nos sectores económicos e sociais, com vista a facilitar a monitoria da sua evolução ao longo do tempo;
- Melhorar os esforços para aumentar a alocação orçamental ao sector da saúde para cumprir com o compromisso de alocar 15% da despesa a este sector, contribuindo para o alcance da cobertura universal dos serviços de saúde no país;
- Manutenção dos esforços para maiores investimentos nos sectores de água e saneamento, com vista a aumentar o acesso, no país, a condições adequadas de água e serviços de saneamento, sendo este factor um dos objectivos do desenvolvimento sustentável;
- Esforço adicional para o alcance dos indicadores do objectivo estratégico referente às finanças públicas, que actualmente se encontram aquém da meta estabelecida para 2020, o que compromete as metas de 2024;
- Cumprimento dos compromissos de atribuição orçamental e uma maior desconcentração do orçamento de investimento para as províncias e distritos, onde efectivamente as acções ocorrem, devendo capacitar-se esses locais para o efeito;
- Atribuição de orçamentos mais balanceados entre as províncias e todos os órgãos do Estado e também a identificação das fragilidades por detrás desta correlação no sentido de corrigi-los;
- Harmonização das metas estabelecidas no PQG, PES e BdPES e, indicação clara nos orçamentos e demais documentos, às questões relacionadas aos género, que neste momento parecem marginais nestes documentos;
- Maior transparência em relação aos dados de Amortização de Empréstimos Concedidos;
- Apresentação na CGE de informação sobre a sustentabilidade da dívida;

7. DOCUMENTOS CONSULTADOS

- Agenda 2030 Para o Desenvolvimento Sustentável, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- Balanço do Plano Economico e Social 2020, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- Cenário Fiscal de Médio Prazo (2020-2022), disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- Conta Geral do Estado – 2016 – 2020, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- INE (2021). Estatísticas Económicas - Contas Nacionais, disponível no site http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/contas-nacionais/anuais-1/pib_optica_despesa-18-05-2021-1.xlsx/at_download/file
- Plano Economico e Social 2020, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- Plano Quinquenal do Governo (2020-2024), disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- Relatório Anual da Dívida, Exercício Fiscal 2020. Maputo, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>
- Relatório de Execução Orçamental 2019, 2020, disponível no site <https://www.mef.gov.mz/>

Este documento foi elaborado com a participação financeira da União Europeia. O seu conteúdo é da responsabilidade exclusiva do projecto não podendo, em caso algum, considerar-se que reflete a posição da União Europeia

O texto é da responsabilidade do CIP

FORUM DE MONITORIA DO ORÇAMENTO

Membros do FMO

